

CONSTRUÍDO E RECONSTRUÍDO POBREZAS NA CIDADE UBERLÂNDIA (1990-2004)¹

Sérgio Paulo Morais²

Resumo: *Este estudo dimensiona modos pelos quais o poder público em Uberlândia (MG), entre 1980 e 2004, interveio na despolitização e no desarranjo das lutas dos pobres na cidade, através da implementação e regulamentação de políticas de distribuição de alimentos e de apoio financeiro.*

Palavras-chave: *Vida Urbana, Empobrecimento, Trabalhadores, Políticas Públicas.*

Abstract: *This text consider ways by which the public power in Uberlândia (MG), between 1980 and 2004, had intervined in the unpolitzation and disarrangement of the fights of the poor persons in the city, concretized implementation and regulation of politics of distribution of foods and financial support.*

Key-words: *Urban Life, Impoverishing, Workers, Public Politics.*

No período que interessa a este texto, a ocorrência de uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, e o afastamento de um Presidente da República por corrupção, em 1992, trouxeram sinalização dos princípios sociais e políticos que estavam se firmando na sociedade brasileira.³ Preocupo-me, no entanto, ver como alguns

¹ Este texto faz parte da tese da pesquisa: Empobrecimento e "Inclusão Social". Vida Urbana e Pobreza na Cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientação: Professora Doutora Yara Aun Khoury. 2007.

² Professor Doutor da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP- Campus do Pontal/ Ituiutaba).

³ A dissertação de Danilo Enrico, no campo da Ciência Política aponta para princípios liberais (ou neoliberais) que se afirmaram no próprio movimento de impeachment. Para debates nesta vertente consultar: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A CRISE DO

destes foram expressos e reformulados no Jornal Correio (de Uberlândia), a partir da seleção de valores que se propagavam nas relações de grupos diversos.

Estes “novos” valores influenciaram no modo como a imprensa passou a lidar com os movimentos e as ações políticas que se fortaleceram após a derrocada do Presidente Collor.

Dentre alguns deles, o Jornal Correio deu relevante destaque à “*Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*”.⁴ A partir de movimentos ligados às universidades, a entidades de classes, à Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, entre outros, a “Campanha” se multiplicou através de ações de bairros, de clubes, de instituições e empresas que passaram a fazer, entre outras atividades, arrecadação de donativos para a distribuição aos considerados carentes.⁵

Em Uberlândia, os primeiros registros da “Ação da Cidadania” na imprensa local foram de julho de 2003. Na cidade, o “*Comitê Contra a Fome*” foi, naquele início, “*coordenado por Celma Lopes, do Banco do Brasil*”. O primeiro ato daquele comitê foi distribuir “*algumas cestas básicas na periferia da cidade*”.⁶

O interesse do Jornal Correio pela transmissão de tais ações acompanhou uma convergência nacional de toda a imprensa. A própria campanha se firmou e se difundiu através da utilização de diversificados modos e redes de comunicação tanto no Brasil, quanto no exterior. Além da produção de vídeos e de suporte para programas de televisão, do “*Jornal da Cidadania*”, ambos produzidos pelo IBASE, outras múltiplas ações de mídia foram relevantes para a divulgação da campanha.⁷

GOVERNO COLLOR E A TÁTICA DO PT. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas. Unicamp, 2005.

⁴ Iniciada no Brasil após o impeachment em 1992. De acordo com o Secretário Executivo do Fórum Nacional da Cidadania, Augusto de Franco, o Comitê pela Ética na Política, após ter atuado ativamente nesse acontecimento, se viu na necessidade de ajudar de alguma forma as pessoas carentes. “*Vimos que a fome era o principal problema do país no momento por isso foi iniciadas esta Campanha*”. Ação Contra a Fome promove Fórum. *Jornal Correio*: 10/11/1996. p. 2.

⁵ Ver informações sobre em: STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. PLURALIDADE, PUBLICIZAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DO FAZER POLÍTICO: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (1992/1997). Programa de Pós-graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Presidente Pudente/ SP. Faculdade de Ciências e Tecnologia/ UNESP, 2002.

⁶ Região tem cem mil famílias indigentes. *Jornal Correio do Triângulo*: 04/07/1993, p.1.

⁷ “O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, é

Contribuiu também para a visibilidade da campanha a personificação do “*Combate a Fome*” na figura de um dos seus principais articuladores, o sociólogo Herbert de Souza. Este fato fez com que a “*Campanha do Betinho*”, assim como o tal, se transformasse em capa de diversas revistas de circulação nacional, tema quase diário dos principais jornais do Brasil, além de obter espaço nas redes educativas e comerciais de televisão de todo o país.⁸

Comumente o Jornal Correio registrava campanhas de doações. Suas páginas noticiavam ações de centros religiosos,⁹ de personagens que cumpriam promessas por recebimentos de graças¹⁰, por razão de datas significativas – como natal, páscoa, dia das crianças - por captura de cargas roubadas, por apreensão de pescados irregulares.¹¹ Também, registrava doações feitas como meio de protestos de determinados grupos que se

uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Acima de tudo, de forma radical e simples, democracia para o IBASE é cidadania ativa, participativa, de sujeitos sociais em luta, nos locais em que vivem, agindo e construindo – com igualdade na diversidade – a sociedade civil, a economia e o poder. Entre os temas e campos de atuação que o IBASE julga prioritários estão o processo Fórum Social Mundial, Alternativas democráticas à globalização, Monitoramento de políticas públicas, Democratização da cidade, Segurança alimentar, Economia solidária e Responsabilidade social e ética nas organizações. O público para o qual suas ações estão direcionadas é composto por movimentos sociais populares; organizações comunitárias; agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) sem terra; lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa; escolas, estudantes e professores(as) da rede pública de ensino fundamental e médio; rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa; formadores(as) de opinião nos meios de comunicação de massa; parlamentares e assessores(as); gestores(as) de políticas públicas.” Pesquisado em <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>, em 09/12/2006.

⁸ “Um outro destaque importante que cabe ressaltar são os vários prêmios e condecorações recebidas por Betinho. Entre outros, tem-se a medalha Pedro Ernesto dada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Ordem do Rio Branco pelo presidente Itamar Franco, o título de Personalidade do Ano pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Doutor “Honoris Causa” pela Universidade Federal de Santa Catarina e o Troféu “Criança e Paz” pelo UNICEF/ONU. Depois disto tudo, logo no início de 1994, ocorre ainda a distribuição de formulários em casas lotéricas, agências do Banco do Brasil, e Caixa Econômica Federal para a coleta de assinaturas indicando Betinho para o prêmio Nobel da Paz. STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. *ibid.*, p.158.

⁹ Chico Xavier distribui alimentos. *Jornal Correio do Triângulo*, 19/12/1992, p. 9. Divulgação Espírita garante o Natal de milhares de pessoas. *Jornal Correio do Triângulo*, 22/12/1992, p. 9.

¹⁰ Empresário doa cem cestas básicas para comemorar vitória corintiana. *Jornal Correio do Triângulo*, 14/06/1995, p. 7.

¹¹ A 5ª Companhia de Polícia Militar Florestal doou na tarde de ontem mais de 70 quilos

qualificavam como produtores e que pretendiam, ao distribuir frango, milho, leite, latas de óleo etc., chamar a atenção da imprensa e do governo para seus interesses.¹²

Os números alarmantes divulgados no “*Mapa*”¹³ do IPEA,¹⁴ fez, no entanto, com que as finalidades das doações e a caracterização dos pobres fossem apresentados de um modo distinto do que era antes. Em Uberlândia, o reconhecimento dos segmentos sociais que precisariam de auxílio centralizou prioritariamente em um determinado ponto espacial do meio urbano: os bairros da periferia.

Através de matérias sobre a péssima qualidade da água¹⁵, sobre os riscos causados pela “*ausência de infraestrutura e saneamento básico*”¹⁶, sobre a falta completa de lazer,¹⁷ de energia elétrica, de esgoto, de recolhimento de lixo, de transporte, de educação,¹⁸ apareciam outras dinâmicas políticas que tentavam mostrar uma necessidade de interferência do poder público e da sociedade civil na vida dos pobres.

As edições da “*Campanha Natal Sem Fome*”, por exemplo, evidenciaram uma confiança no discernimento do poder público

de peixes aos moradores das favelas do Anel Viário. *Jornal Correio*, 09/02/1996, p. 10. A 5ª Companhia de Polícia Militar Florestal doou peixes aos moradores da favela Alegria. *Jornal Correio*, 29/02/1996, p. 10.

¹² “[...] Nas longas filas que se formaram em frente ao CAMARU as pessoas estavam desinformadas até sobre o que seria doado. Ignorando que ganhariam latas de óleo e leite ensacado, as pessoas levaram panelas, galões e vasilhames diversos. Ninguém sabia informar também o motivo que levou os produtores a doarem alimentos”. Produtores se unem e pedem redução nos juros. *Jornal Correio do Triângulo*, 21/06/1995, p.5.

¹³ Tratava-se do “*Mapa da Fome*” apresentado pelo sociólogo Herbert de Souza, na reunião ministerial comandada pelo presidente em exercício Itamar Franco, em 18 de março de 1993. Nele se estimava que aproximadamente 32 milhões de pessoas passavam fome no Brasil. Itamar exige Projeto Contra a Miséria. *Jornal Correio do Triângulo*, 19/03/1993, p. 1.

¹⁴ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – é pioneiro na disseminação de informações e conhecimentos sobre a área econômica do país. Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas. <www.ipea.gov.br>, consultado em 09/07/06.

¹⁵ Bairro Dom Almir continua atraindo novos habitantes. *Jornal Correio do Triângulo*. 16/07/1991. p. 1.

¹⁶ GUARANYNS, Ana. Muito calor, pouca água e pouco lazer. *Jornal Correio do Triângulo*. 24/11/1991. p. 1.

¹⁷ idem.

¹⁸ BACELAR, Isabel. Famílias do Dom Almir tentam sobreviver em meio a carência. *Jornal Correio do Triângulo*. 31/01/1993. p. 10.

para localizar as pessoas que deveriam ser priorizadas.¹⁹ Até mesmo porque os organizadores diziam não querer distribuir donativos em locais onde outras campanhas já o teriam feito.

[...] Lourenço Andrade de Almeida, Coordenador da Campanha Natal Sem Fome, afirmou que a distribuição contará com a indicação das organizações comunitárias e da Secretaria Municipal do Trabalho e da Ação Social (SEMTAS), pois os organizadores não pretendem fazer a entrega das cestas nos locais que já foram contemplados pela Campanha Natal da Esperança promovida pelo Carrefour, Autus e Rede Triângulo.²⁰

No ano de 1996, o hipermercado Carrefour realizou em conjunto com a Autus (revendedora de automóveis) e com a Rede Triângulo (empresa de retransmissão da Rede Globo) uma campanha paralela. Esta iniciativa utilizou-se, também, de cadastros existentes na Prefeitura de Uberlândia.²¹

As senhas para a distribuição dos alimentos arrecadados com a Campanha Natal da Esperança foram entregues na terça-feira e a distribuição de alimentos começou ontem às 14 horas. A informação foi dada pela Diretora Municipal da Divisão de Assistência e Promoção Social, Maria Helena de Oliveira. Os bairros contemplados foram o Lagoinha, Leão XIII e Ozanan com cerca de 700 famílias beneficiadas, além do bairro Esperança, onde foram atendidas 400 famílias e bairros Dom Almir e Prosperidade com 300 famílias. Hoje no mesmo horário, 1000 famílias do bairro seringueiras serão beneficiadas. Maria Helena afirmou que a distribuição do restante dos alimentos nos demais bairros contemplados depende da seleção, controle e empacotamento das doações, que estão sendo esquematizadas pelo 36º Batalhão de Infantaria Motorizada.²²

Até a metade da década de 1990, o modo como agentes do serviço público organizavam listas e distribuíam senhas para recebimento de doações era bastante imprevisível. Os critérios utilizados pela prefeitura podiam ser vagamente notados na forma

¹⁹ Natal Sem Fome. Campanha Beneficiará cerca de 2 mil famílias. *Jornal Correio*: 09/12/1995. p.9.

²⁰ Natal Sem Fome pode prolongar-se. *Jornal Correio do Triângulo*: 03/09/1993. p. 9.

²¹ Natal da Esperança. Campanha espera coletar 50 toneladas de alimentos. *Jornal Correio*: 22/11/1996. p. 11.

²² Distribuição de alimentos foi iniciada ontem. *Jornal Correio*: 19/12/1996. p.11.

de distribuição dos alimentos arrecadados no Campeonato Sul-Americano de Futebol Feminino:

O critério para a distribuição das cestas é baseado na escolha feita por uma equipe de cinco pessoas da Secretaria Municipal do Trabalho e da Ação Social. Durante a semana, elas percorreram o bairro escolhido e distribuíram senhas para as famílias que consideraram carentes. Na senha constam a data, o horário e o local de distribuição das cestas e as assinaturas do Secretário de Habitação e da Secretária do Trabalho e da Ação Social, Niza Luz. Segundo Iracema Marques, assessora da secretária [...] mesmo com a distribuição antecipada das senhas, até agora não houve tumulto para adquiri-las de última hora. Ela informou que quando chega alguém sem a senha, o seu endereço é anotado e os produtos posteriormente enviados a residência.²³

A fala evidencia que a aferição advinha de uma perspectiva pessoal do servidor que circulava pelas ruas e casas dos bairros periféricos.

Muitas vezes, a diferenciação, feita por entidades particulares, partia de princípios relacionados com a saúde e a idade dos beneficiários. Durante o Natal de 1994, enquanto a classe média praticava suas compras com maiores tranqüilidade utilizando-se das novas notas de Real, membros da entidade "Irmãos de Francisco" organizavam a ceia de Natal de oitenta famílias cadastradas nos bairros periféricos da cidade.

Gilberto Ferreira Marques (Presidente) e Hércules Gonzaga Oliveira (Diretor Secretário) já pensam em implantar no próximo ano um projeto de levar sopa semanalmente nas favelas de Uberlândia. As atividades serão ampliadas gradativamente. No futuro os diretores pretendem também construir um asilo com capacidade de atendimento para oitenta idosos, depois creches para crianças portadoras de deficiência mentais, creches para crianças carentes e ainda um mini-hospital para tratar de doentes de AIDS.²⁴

De acordo com o registrado no Correio, o trabalho teria continuidade no decorrer do ano que se aproximava, pois existiam diferentes gradações de atendimento. Algumas famílias precisariam

²³ Prefeitura distribui produtos vencidos. *Jornal Correio do Triângulo*: 31/03/1995. p. 7.

²⁴ *Jornal Correio do Triângulo*. 13/12/1994. op. cit. p. 8

de atendimento durante apenas alguns meses, outras durante um ano ou dois e outras precisariam de auxílio permanente (por serem formadas por pessoas que não poderiam trabalhar por motivo de doença).²⁵

Os auxílios emergenciais encabeçados pelo Correio, nos finais da década de 1990, deram pistas de uma relação comum entre os textos impressos e as respostas dos leitores às convocações de ajuda.²⁶ Nestes momentos se demonstrava um reconhecimento de parâmetros legitimadores para doações e auxílios.

Dentre as edições que constam pedidos de auxílio à comunidade, encontra-se uma matéria sobre a catadora de papel Iolanda Marques, que teve a energia de sua casa cortada por falta de pagamento.

Segundo o texto do repórter Cláudio Marcos,

Apesar de ser considerado um dos serviços essenciais à população, muitas famílias carentes de Uberlândia convivem com a falta de energia elétrica. É o caso da catadora de papel Iolanda Marques, moradora do Roosevelt. Ela vive com os filhos gêmeos de 17 anos, e um deles sofre de distúrbios mentais. Há cerca de 40 dias a energia da pequena casa alugada que tem quatro cômodos foi cortada por falta de pagamento. A conta total chega a R\$153, que representa quase dois meses de trabalho de dona Iolanda. Ela ganha pouco mais de R\$80 com a coleta de materiais recicláveis. Apesar de insuficiente, essa é a verba que ela tem para sustentar a família. Há 15 dias o pequeno 'carrinho' usado para o serviço ficou sem uma das rodas e teve de ser abandonado. O custo do conserto estimado em R\$ 25 seria suficiente para comprar um novo carrinho para lixo. Na casa, o consumo de energia elétrica está resumido a um pequeno aparelho de TV, uma geladeira e um chuveiro. [...] Como um dos filhos sofre de problemas mentais, o outro precisa ficar em casa para que a mãe possa sair para trabalhar. A notícia do corte de energia revoltou os vizinhos de dona Iolanda. Para agravar a situação, ela foi atropelada por um veículo quando voltava para pegar

²⁵ idem.

²⁶ Sobre esta relação entre a divulgação no Correio e a resposta rápida da comunidade local, há um significativo exemplo da atenção dada a um professor vindo da Paraíba com a esposa e seis filhos. Em: Professor já trabalha e recebe ajuda da comunidade. *Jornal Correio*: 07/07/1999. p. A1. E desfecho em: Professor quer voltar a João Pessoa. *Jornal Correio*: 17/08/1999, p. A2. Vale notar que, segundo a matéria, o professor havia recebido da população: "alimentos, roupas e até um tanquinho e uma geladeira". Porém, "o tão sonhado emprego acabou não aparecendo. Diante a expectativa de, mais uma vez, não ter leite para dar aos filhos, o professor de filosofia está determinado a voltar a sua cidade natal".

o carrinho na rua. Desde então, ela sente fortes dores no braço esquerdo e na perna em função do choque. [...] O agente de comunicação da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) Ivan Magela, explicou que dona Iolanda Marques conta com o benefício da Tarifa Social e que a empresa não pode abrir mão do valor devido e a energia continua cortada.²⁷

Alguns elementos evidenciavam as dificuldades vividas pela catadora de papéis. A manutenção de um local fixo de moradia, a presença de filho deficiente, a constatação de trabalho árduo com baixa renda, a vida regrada (no caso, com pouca utilização de energia elétrica).

Na edição de 13 de dezembro, foi publicada uma fotografia de Iolanda Marques ao lado de uma cesta básica. De acordo com Marcos, após a publicação da reportagem, "*um consumidor*" de Uberlândia "[...] *se apresentou para pagar as quatro contas de energia. Dona Iolanda tem recebido também a ajuda de voluntários da Igreja São Judas Tadeu. Eles começaram a levar comida pronta para a catadora, que enfrenta graves problemas com o alcoolismo*".²⁸

A partir deste elemento desabonador (alcoolismo) se constituíram mudanças no auxílio prestado à catadora e as seus familiares:

[...] o agente de comunicação da CEMIG, Ivan Magela, explicou que um grupo de funcionários já havia se mobilizado para pagar a conta da catadora. 'Como apareceu um voluntário decidimos ajudar de outra forma, mas como ela tem problemas com álcool não pôde ser uma ajuda em dinheiro', disse. O montante recolhido entre os funcionários, cerca de R\$ 250, foi revertido em cestas básicas para a família', informou Ivan, revelando que já está em andamento uma série de ações para continuar ajudando a catadora.²⁹

Esta prática de padronização de comportamentos que a imprensa local tomou como modo narrativo de tratar e apresentar os que consideravam pobres ou carentes, colocava em risco muitos significados sociais do empobrecimento no meio urbano, tornando-

²⁷ MARCOS, Cláudio. Consumidora pobre pena com falta de energia *Jornal Correio*: 9/12/2003, p. B2.

²⁸ MARCOS, Cláudio. Catadora recebe ajuda da comunidade. *Jornal Correio*: 13/12/2003, p. B2.

²⁹ idem.

se um forte elemento hegemônico da dissimulação das desigualdades sociais na cidade.

Para estabelecer diálogo com a comunidade, o *Jornal Correio* lidou com elementos que instituíam elos entre modos de compreender e de colocar regras de convivência com a pobreza com tradições recentes (tal como temos o alcoolismo, doenças, trabalho árduo com pouca remuneração).

Estas emergiam não somente de lutas democráticas e de conquistas políticas nacionais, que eram desarranjadas na personificação das misérias e no foco narrativo fechado no indivíduo. Eram subsidiadas, também, por um amplo campo de mídia e de produções artísticas que contribuíam para a divulgação e para as práticas filantrópicas.

Em 1990, milhares de uberlandenses lotaram dois cinemas da cidade para assistir a estréia do filme "*Lua de Cristal*", protagonizado por Xuxa (apresentadora de programa infantil na televisão) e pelo ator Sérgio Malandro. Milhares de outros ficaram do lado de fora, em filas quilométricas que se estenderam até o fim da nona e última apresentação daquela data. O frenesi tomou conta das sessões dos dias posteriores. A exibição daquele filme inaugurou na cidade de Uberlândia a prática de doação ou a troca de alimentos por ingressos de cinema, jogos, peças de teatro, apresentações musicais, entre outros.

Na ocasião, foram arrecadados pelo PRONAV (Programa Nacional do Voluntariado) e LBA (Legião Brasileira de Assistência), em razão de uma campanha nacional intitulada "*Doe a quem Dói*", 12 toneladas de sal, fubá, farinha de trigo, arroz e óleo de soja.

Neste caso, a arrecadação foi encaminhada para a estocagem no galpão do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE) e, posteriormente, para os pratos de duas mil e oitocentas crianças que freqüentavam sessenta e quatro creches municipais da periferia.³⁰

A arrecadação de alimentos em troca de ingressos para o longa-metragem foi precedida de uma campanha nacional, com publicidade e acompanhamento da imprensa. Neste episódio a doação pareceu significar para a platéia um modo diferenciado de comprar o ingresso. Modo semelhante de compreender doação/ingresso provavelmente ocorreu no decorrer dos jogos do

³⁰ "*Lua de Cristal*" arrecada 12 toneladas de alimentos. *Jornal Correio de Uberlândia*: 23/06/1990, p. 5.

Campeonato Sul-Americano de Futebol Feminino, realizado na cidade em janeiro de 1995.³¹

Tal como a que ocorreu em 18 de setembro no Colégio Objetivo, as gincanas escolares também estimularam a doação de roupas, de calçados, de alimentos e outros. A gincana em questão, por exemplo, verteu 11 toneladas de alimentos e mais de 2.500 peças de roupa para o "*Mutirão da Caixa (Econômica Federal) Contra a Fome*".³²

Tratamos de um universo bastante amplo de ações e de pessoas que se sentiram participantes de alguma ação de "Combate à Fome". Segundo avaliação feita em 1997 pelo Jornal Folha de São Paulo, cerca de 70% da população brasileira afirmava ter participado direta ou indiretamente de alguma campanha de arrecadação de alimentos.³³

Neste universo coincidiam algumas vertentes de doações, entre elas a estratégia publicitária da produção do filme da Xuxa e as ações dos comitês da "*Campanha Contra a Fome*", que deveriam seguir diretrizes a serem alcançadas e avaliações que regiam os parâmetros políticos das ações.

'A erradicação da fome e a segurança do alimento na mesa de todos os cidadãos constituem um desafio que se impõe a população, neste momento em que o Brasil vive uma das mais sérias crises de toda sua história. Paralelo ao crescimento ininterrupto e vertiginoso da miséria e do desemprego, apenas determinada memória é privilegiada pelo crescimento e a acumulação individual de riqueza, gerando uma das mais perversas distribuições de renda do mundo'. Esta é a introdução do documento final do Encontro Preparatório da Conferência Nacional de Segurança Alimentar Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, realizado em Brasília de 26 a 28 de novembro de 1993. O documento ressalta ainda que este modelo de desenvolvimento, opção política que tem sido permanente nas últimas décadas, gera situação de drástica calamidade nacional. A fome deixou de ser biológica para se transformar em grave problema social e sua reprodução é questão política. O documento, informou Carlos Henrique, servirá para subsidiar os comitês em todas as suas ações e nas Conferências Municipais. Ele alertou para a importância da participação de entidades diversas na Campanha. A

³¹ Entregues as primeiras cestas básicas. Os alimentos foram arrecadados durante o campeonato de futebol feminino. *Jornal Correio do Triângulo*: 21/01/1995. p. 7.

³² Objetivo arrecada alimentos. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/09/1993. p. 9.

³³ Avaliação discutida por GUARANY, Ana. Solidariedade entre Diferentes. *Jornal Correio*: 04/12/1997. p. C1.

sociedade civil deverá ter representação de pelo menos 66% dos participantes como Igrejas, sindicatos, organizações não governamentais (ONG's), entidades profissionais e acadêmico-científicas e o poder público (poder Executivo, Legislativo e Judiciário).³⁴

A *Conferência Nacional de Segurança Alimentar*, de 1994, deixou ao representante de Uberlândia, Rubens Pirola Filho, a impressão de que as intenções políticas da Ação da Cidadania iriam se direcionar para a luta pela reforma agrária, para que se produzissem "*alimentos em quantidade, qualidade e preços acessíveis*" aos mais pobres.³⁵

Segundo Pirola Filho, as pessoas que participaram do evento possuíam diferentes origens sociais. Segundo ele, havia "*pessoas de todos os níveis: de cientistas a catadores de lixo*"; em sua opinião, "*80%*" delas eram filiadas ao Partido dos Trabalhadores.³⁶

À medida que a "*Campanha Contra a Fome*" implementava arrecadações de alimentos em bancos, empresas, colégios, sindicatos, igrejas etc., outras formas de interpretação das doações foram sendo divulgadas pelo Jornal. A ABC SABE, proprietária do Jornal Correio, por exemplo, demonstrou que suas atitudes de doação se pautavam em primeiro lugar em uma logística organizacional da própria empresa.³⁷

Não foram apenas as grandes empresas da cidade que

³⁴ Campanha faz diagnóstico da desnutrição. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/02/1994, p. 9.

³⁵ Rubens Pirola Filho era Professor de Desenho Gráfico da UFU, GUARANYS, Ana. Brasil discute suas barrigas vazias. *Jornal Correio do Triângulo*: 10/08/1994. p.15.

³⁶ idem.

³⁷ "*O Comitê de Combate à fome ganhou ontem 4.235 quilos de papel para reciclagem, doados pela ABC SABE, empresa que administra três negócios – a Lista Telefônica, a Gráfica SABE e o Jornal Correio do Triângulo. A doação resultou de uma campanha interna de limpeza intitulada "PAPA LIXO", através da qual os 230 funcionários (associados, ou sócios, conforme a nomenclatura interna da empresa) juntaram todo o tipo de papel inútil guardado nas gavetas e armários. O volume surpreendeu os próprios organizadores, como reconheceu a organizadora de setor Sônia Bernardes. [...] O primeiro fruto concreto desse trabalho, os 4.235 quilos de papel velho, foi doado à Campanha de Combate à Fome, como uma forma de integrar a SABE à comunidade. A representante do Comitê, ex-vereadora Normy Firmino, a quem o produto da campanha foi entregue, agradeceu a iniciativa e manifestou sua esperança de que outras empresas da cidade sigam o exemplo da ABC SABE engajando-se na Campanha. Normy informou que o dinheiro arrecadado com a venda do papel doado pela SABE será destinado a um grupo de catadores de papel que viabiliza a organização de uma cooperativa do setor". Campanha da Fome ganha papel. *Jornal Correio do Triângulo*: 17/09/1993. p. 9.*

ajustaram a melhoria da produtividade interna do trabalho à prática do benefício aos carentes.

Moradora em um barraco de reboco, no fim da rua 14, no bairro Acimação, a faxineira e passadeira Olga Maria Morais, 36 anos, mãe de 7 filhos, encontrou uma forma bastante original de ajudar as crianças pobres: ela recebe fardões de fios de ferro de passar roupa da empresa Alfa, situada no distrito industrial e chama as crianças para ajudar no acabamento. Em troca, todas as quartas feiras as crianças recebem pratos de sopa enquanto trabalham. Na última quarta, 40 crianças apareceram, principalmente vindas de uma favela próxima de sua casa. A intensa procura de trabalho por parte de pais e crianças, em geral famintas, fez com que ela ampliasse um velho sonho: conseguir um barracão de trabalho, em que possa construir uma fábrica de acabamento de fios. 'A empresa Alfa me forneceria quantos fardões de fios de ferro que eu quisesse, caso consiga um barracão', disse Olga, fazendo um apelo aos empresários da cidade e ao Prefeito Paulo Ferolla. A faxineira lembrou inclusive que durante a campanha eleitoral o prefeito esteve em sua casa pedindo voto e elogiou seu trabalho, prometendo que ajudaria. [...] Ela admitiu que a luta para conseguir fazer a sopa (mesmo com a ajuda das vizinhas) é muito grande e pensa em recorrer ao poder público municipal. [...] Com a produção diária de até 15 mil fios de ferro. Olga acha que se receber ajuda poderá tirar muitas crianças pobres da rua, oferecendo-lhes uma profissão. Dado que a natureza do trabalho é leve, ela admite crianças de 5 a 15 anos. 'Se alguém com 18 quiser seriamente trabalhar, também vou poder receber, como a idosos e mulheres grávidas', disse ela, citando o velho provérbio que diz que a caridade verdadeira não é dar um peixe a quem tem fome, mas sim ensinar alguém a pescar.³⁸

As atitudes da faxineira Olga e da diretoria da SABE, por mais controversas que pareceram, foram apresentadas como um ato caridoso, de ajuda e de solidariedade. O que unia origens distintas beneficiários diferentes em publicações como estas era o próprio significado abstrato de pobreza, destituído de relações sociais, que o Jornal vinha construindo no decorrer das discussões sobre o tema.

Neste campo aparentemente neutro, vazio de ações contraditórias, o problema da convivência e da permanência da pobreza evidenciava um viver desigual na cidade. A administração

³⁸ Olga, faxineira, mãe de 7 filhos: ainda tem tempo para caridade. *Jornal Correio do Triângulo*: 12/09/1993. p. 9.

municipal de Paulo Ferolla (Partido da Frente Liberal), a partir de 1993, parece ter sido sensível aos perigos emanados por esta contradição.

Alguns meses antes da formulação da “*Campanha contra a Fome, a Miséria e pela Vida*” na cidade, diversas secretarias do governo municipal empreenderam ações para comprar, transportar, empacotar e distribuir cerca de 60 toneladas de feijão que estavam envelhecendo nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) aos uberlandenses pobres.³⁹

No episódio, o 36º Batalhão de Infantaria Motorizada,⁴⁰ sediado na cidade, contribuiu com grande parte de seu efetivo, em conjunto com funcionários da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para colocar em funcionamento uma complicada e *quase* mal sucedida distribuição de quatro quilos de feijão a cada uma das 15 mil pessoas beneficiadas.

O jornal *Correio* acompanhou todas as fases do processo de distribuição do “feijão”:

‘A fome de nossa população está num estado tal, que recebemos informações de fila já formada, em bairros onde o feijão será distribuído somente amanhã’ comentou a Secretária de Trabalho e Ação Social Niza Luz durante os discursos no começo da distribuição ontem pela manhã, no bairro Lagoinha.⁴¹

“*Sob o sol forte, pessoas (moradoras dos bairros Leão XIII, Carajás, Xangrilá, Pampulha e Lagoinha) de idades variadas (aguardaram) a chegada das autoridades para o início da distribuição*”.⁴²

Assim que a notícia da distribuição tomou corpo na imprensa (pela primeira vez), circulou a informação de que seriam distribuídos 2 quilos de feijão para as 30 mil pessoas.⁴³

O critério da distribuição foi, a princípio, bastante específico:

³⁹ Prefeitura distribui feijão grátis. *Jornal Correio do Triângulo* (denominação vigente do mesmo jornal que vem sendo citado), 23/03/1993, p.1 e 3.

⁴⁰ Critérios para a distribuição de feijão já foram acertados. *Jornal Correio do Triângulo*: 20/04/1993, p.1 e 3.

⁴¹ Feijão gratuito já está nas panelas das donas-de-casa. *Jornal Correio do Triângulo*: 07/05/1993, p. 9.

⁴² *idem*.

⁴³ Segundo a Secretária Niza Luz: o fato da distribuição já estava sendo negociado há meses, só não havia sido divulgado para não “causar expectativa na população”. *ibid.*, p. 3.

estar desempregado ou receber um salário mínimo e meio.⁴⁴ Após algumas reuniões feitas para balizar interesses de associações de bairros, poder público e religiosos, o perfil foi alterado para, ao que parece, atender a moradores de determinadas regiões da cidade, visto que o critério final de escolha baseou-se na apresentação da conta de água, como forma de comprovar o local de moradia.⁴⁵

O acontecimento evidenciou certas redes de poder e intervenção de grupos sociais na escolha do público e da forma ritual de entrega do alimento. Vale lembrar que os postos de saúde, ainda em 1987, distribuía m cestas básicas (com dezoito quilos de alimentos — arroz, feijão, fubá, leite em pó, além de dois litros de óleo) a gestantes, lactantes ou mães com crianças de até três anos de idade e que possuíam renda familiar inferior a dois salários mínimos.⁴⁶

O “tíquete do leite”⁴⁷ que foi distribuído por mais de três anos a crianças de 0 a 7 anos e que viviam em famílias com rendimento médio de dois salários mínimos mensais, da mesma forma, foi concebido como um modo complementar a alimentação de filhos de trabalhadores e trabalhadoras pobres.

Tais programas eram vinculados ao poder público (federal, principalmente), porém, não foram utilizados palanques para encenar entregas de poucos quilos de feijão, em meio a discursos e aplausos. Após esta entrega de produtos consumíveis diretamente à população, as medidas em relação aos pobres tomaram outras direções.

Tratava-se da colocação de princípios de distinção da pobreza. Àquela administração coube a elaboração de cadastros e regras

⁴⁴ *Jornal Correio do Triângulo*: 23/03/1993. op. cit. p. 3.

⁴⁵ *Jornal Correio do Triângulo*: 20/04/1993. op. cit. p. 1 e 3.

⁴⁶ “Programa de Suplementação Alimentar”, um projeto que visava ao atendimento de “crianças e nutresses, na complementação de suas necessidades alimentares”. O PSA, como ficou conhecido, consistiu na distribuição mensal, através dos centros de saúde, de dezoito quilos de alimentos - arroz, feijão, fubá, leite em pó, além de dois litros de óleo - a famílias que possuíam o rendimento máximo de dois salários mínimos e que tinham filhos na faixa etária de até três anos de idade, ou que a mãe estivesse grávida. Distribuição de alimentos será no próprio bairro. *Jornal Primeira Hora*: 15/12/1987, p.1

⁴⁷ Entre outros ver: Comunidade e Seac discutem Programa do Leite. *Jornal Primeira Hora*: 14/11/1987. p.3. Convênio para a distribuição do Leite será assinado hoje. *Jornal Primeira Hora*: 28/03/1987. Programa do leite dá nova cor a seu tíquete. *Jornal Primeira Hora*: 07/06/1988, p. Prefeitura quer administrar a distribuição de leite a carentes. *Jornal Correio de Uberlândia*: 29/12/1990, p. B-1. Sem o leite dona de casa fica em situação difícil. *Jornal Correio de Uberlândia*: 23/05/1990, p.5. Carentes vão a Câmara pedir a volta do leite. *Jornal Correio de Uberlândia*: 27/06/1990, p. 5.

que instituíram normas para definir apenas uma caracterização de pobres no meio urbano: os que “desejavam” se livrar da pobreza.

Antes de apresentar evidências e consecutivas análises sobre tais produções, faço aqui uma observação. No início de 2003, cercado de Ministros e outros agentes da Administração Federal, o governador do Piauí, Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, encerrou seu discurso na solenidade de lançamento do Cartão-Alimentação (uma das ações iniciais da implementação do Programa Fome Zero) solicitando a cerca de mil moradores da cidade de Acauã (PI) que levantassem as mãos e prometessem deixar a pobreza.⁴⁸

Várias mãos calejadas se ergueram repetindo as frases de juramento entoadas pelo governador. Além do gesto inusitado, o que podemos inferir sobre essa situação? Creio que, independente da presença de líderes políticos, o fator multidão em romaria, ou em reza, seja um fator significativo do comportamento e de cultura de trabalhadores que, vivendo em uma região tida como pobre, desafiam a “pobreza da terra”, as agruras vividas em função da baixa perspectiva de alimento e de sobrevivência física.

Concluo esta observação, chamando a atenção para alguns outros elementos presentes nesta cena: a localização social dos que fizeram a promessa e daqueles que os estimularam; a idéia de alimento enquanto resposta à situação de pobreza; e a concomitante idéia de pobreza enquanto fome.

A fome na região Nordeste tem guardado um estreito vínculo com memórias de seca, de terra árida, de pouco plantio, de animais e pessoas em “pele e osso”, isso não significa que não existam ricos que explorem (em nome da seca) os trabalhadores pobres.⁴⁹

O mesmo não ocorreu no Triângulo Mineiro, em particular na cidade de Uberlândia, na qual existiu durante muitos anos a produção de uma realidade diferenciada, de progresso, de crescimento gerador de riqueza. Proporcionando a formulação de

⁴⁸ CONSTANTINO, Luciana. Petista Convoca Juramento Contra Pobreza. *Jornal Folha de São Paulo*. 05/02/2003, p. A 12.

⁴⁹ O artigo “*Famintos do Ceará*”, de Marta Emisia Jacinto Barbosa, trouxe importantes reflexões sobre as fontes de divulgação de textos e de imagens, e as redes de comunicação constituídas por intermédio de fotografias, de páginas jornalísticas, de artigos de revistas que ao longo de uma centena de anos subsidiaram “formas de ver” e de constituir uma reflexão sobre os “trabalhadores pobres” daquele estado. Ver: BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. “*Os Famintos do Ceará*”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D’Água. 2004. pp. 94-115.

memórias e de relações centradas em parâmetros de oportunidades, de empregos e bons salários, e não em termos de fome, desespero, ou percalço da natureza.

A idéia de “terra fértil” – para o trabalho e para as conquistas individuais – impediu não só a associação da pobreza com corpos famélicos, como também a complacência em relação aos trabalhadores que se deslocavam, nos mais diferentes anos, do campo para a cidade.

Esta percepção esteve disseminada não somente nos círculos médios da população, e nas interpretações da imprensa; era uma visão comum também entre os moradores dos bairros considerados mais pobres da cidade. As pesquisas da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, para atualizar dados sobre as favelas da cidade, revelaram uma alta rotatividade dos moradores. Esse movimento era causado, de acordo com a perspectiva dos envolvidos no estudo, pelo fato:

[...] das famílias não terem a pretensão de ficar para sempre nas favelas. Elas têm expectativas de acesso a um terreno ou uma casa própria. Até hoje não tivemos que propor a urbanização de nenhum foco de favela e sim remover as famílias para áreas já urbanizadas ou para sua cidade de origem.⁵⁰

Pesquisas acadêmicas também trataram da questão. Em uma divulgação preliminar do “Mapa da Fome” local, feita pelo Correio, tinha-se que:

[...] aproximadamente 45% dos moradores de 27 bairros periféricos da cidade vivem na miséria absoluta. Desse total de miseráveis, 80% são de Uberlândia, 17% da região do Triângulo e Alto Paranaíba e apenas 3% são de outros estados e de outras regiões. [...] Trabalhando especificamente dados referentes às pessoas entrevistadas que são de fora da cidade a pesquisa procurou saber os motivos que levaram os que se encontram abaixo da linha da pobreza a se mudarem para Uberlândia. O primeiro motivo é a procura de trabalho, em segundo lugar vem em busca por melhores condições de estudo, em seguida a procura por melhor tratamento médico.⁵¹

50 GALVÃO, Luísa. Número de favelas continua estável. *Jornal Correio do Triângulo*: 30/10/1994, p. 7.

51 GUARANYNS, Ana. Miséria atinge 10% da população. *Jornal Correio do Triângulo*: 20/11/1994, p. 1.

O coordenador da "Ação da Cidadania" local demonstrou irritação ao perceber que os moradores dos bairros mais pobres, entrevistados pelos economistas responsáveis por tal pesquisa, diziam que os principais problemas daquelas regiões eram decorrentes da falta de policiamento, de asfalto, de praças públicas e centros poli esportivos para o lazer.

Rubens Pirola, na ocasião, disse que "*eles ainda não conseguiram mensurar o problema maior da fome [...] e sequer citam a questão*".

Ele mostra ainda outro paradoxo, quanto a pesquisa buscar informações sobre as instalações e utilidades domésticas em suas residências. Os 45% de "miseráveis" detectados pelo levantamento contam com recursos como energia elétrica (presente em 97,55% das casas); rede de água (92%) e serviço de esgoto (87%). 'Uberlândia em termos estruturais é uma cidade rica, mas o que aumenta a indignação é que eles contam com todos esses serviços, mas não tem renda suficiente para comprar o que comer', frisa Pirola.⁵²

Como discutido anteriormente, a concepção de prosperidade caracterizou formas diferenciadas de reconhecer e legitimar o empobrecimento como responsabilidade dos pobres, os quais demonstravam pouca qualificação profissional, pouca informação e baixa capacidade de produzir; de gerar e contribuir para a economia urbana.

Uma visão desta perspectiva sobre os pobres em Uberlândia pode ser ilustrada no que o Correio apresentou como a "*propaganda*" da Campanha Natal Sem Fome de 1997. Através de anúncios televisivos, os beneficiários das doações foram apresentados como "*bichinhos virtuais de brinquedo*": *tamagochis*.

O brinquedo que se tornou mania das crianças e adolescentes, o tamagochi, será usado no comercial de TV de lançamento da Campanha 'Natal Sem Fome/97'. No filme, que entra no ar dia 16, a imagem de um menino negro aparecerá dentro do aparelhinho e a voz do jornalista Pedro Bial ao fundo dirá 'esse tamagochi precisa de comida, porque senão vai morrer'. A meta da Campanha deste ano, a primeira sem seu criador, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é distribuir 100 mil cestas básicas.⁵³

⁵² Idem.

⁵³ Natal Sem Fome usará Tamagochi. *Jornal Correio*, 08/10/1997. p. 2.

A fome enquanto projeções ampliadas da pobreza dos que moravam em bairros da periferia da cidade de Uberlândia não teve força suficiente (ou experiência social compartilhada e assumida coletivamente) para se colocar como denúncia de desigualdades, ou mesmo calamidade pública, e pôde, portanto, ser despolitizada pela ação do governo municipal.⁵⁴

Este movimento de dissolução da presença da fome não teve registro textual nos jornais e nem pode ser visualizado diretamente nas alocações políticas ou em projetos de leis do município de Uberlândia. As evidências são localizáveis através do acompanhamento do próprio processo histórico vivido e experimentado pelos trabalhadores e moradores pobres da cidade.

Tal dissipação, enquanto narrativa da imprensa local e práticas do poder público, trilhou vários caminhos. Em 1993, cinco meses após a distribuição do feijão da CONAB, o prefeito projetava investir na qualificação do trabalhador e no crescimento da oferta de empregos para fazer frente contra a miséria.⁵⁵

Em abril de 1995, entretanto, a prefeitura de Uberlândia lançou oficialmente o Pró-pão,⁵⁶ programa de venda subsidiada de produtos alimentícios e de limpeza que visava atender famílias que comprovassem residência na cidade, recebessem um salário e meio e consumissem 15 mil litros de água e 100 KWh de energia elétrica.⁵⁷ O programa traçou com nitidez o padrão de pobres que a municipalidade reconheceria a partir de então como pertencente ao mapa social de Uberlândia.

⁵⁴ Isso não que dizer que a fome não tenha existido como risco ou realidade para muitos que viveram e vivem na cidade de Uberlândia.

⁵⁵ O aumento de emprego não estava apenas nas intenções do poder Executivo; essa discussão gerava, também, debates acalorados na Câmara dos Vereadores. Ver entre outros: Só emprego muda "Mapa da Fome"; dizem vereadores. *Jornal Correio do Triângulo*. 22/11/1994, p. 7.

⁵⁶ O Pró-Pão é "um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsídio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta". Ver: <<http://www.uberlândia.mg.gov.br>> pesquisado em 29/09/2002.

⁵⁷ "O Projeto começará a ser implantado no bairro Laranjeiras [...]. A cesta contém 5 quilos de açúcar, 15 quilos de arroz, ½ quilo de café, ½ quilo de farinha de mandioca, 3 quilos de feijão, um saco de fubá, dois de macarrão, 3 latas de óleo de soja, 1 quilo de sal e 5 barras de sabão. O custo estimado para venda aos beneficiados do programa corresponde a 66% do preço de mercado". Prefeito lança oficialmente o Pró-pão. *Jornal Correio do Triângulo*. 12/04/1995, p. 1.

Em meio a um ar de desconforto, a questão do quantitativo salarial foi discutida na ocasião de seu lançamento. Embora os Secretários de Saúde e de Trabalho e Ação Social considerassem que a cesta seria comercializada para os que não teriam condições de comprá-la nos mercados da cidade, eles esperavam que o índice de adequação ao benefício subisse até dois ou três salários.⁵⁸

Nesta ambiência, a compra do Pró-pão seria mais um elemento nos parâmetros estabelecidos pelo poder público para normatizar e qualificar uma pobreza aceitável, digna de atendimento, que se colocou em Uberlândia a partir da criação de “políticas públicas” para os “pobres” qualificados. Ou seja, os que deveriam se comprometer com as regras e relutar para não cair na condição de carentes.

O apoio dado pelo Correio ao Pró-pão se fez não somente através da divulgação e da defesa do programa de governo de Paulo Ferolla. Dentro de uma concepção mais ampla que se desenvolvia contrariamente a derrocada do crescimento da cidade, as normatizações elencadas para a permissão da compra da cesta se enredavam a outros temas, e projetos que apareciam nas suas páginas.

A defesa da criação de “novas” referências para a definição de um perfil de pobre que produzisse, consumisse e habitasse legalmente na cidade se revelou, também, na apresentação de um outro programa iniciado ainda na década de 1990; tratava-se do que veio a ser posteriormente conhecido como Bolsa Escola.⁵⁹

⁵⁸ Existiam algumas previsões de que o quantitativo do salário de beneficiário do Pró-pão pudesse alcançar tal patamar. “[...] *O programa é destinado a famílias com renda de até três salários mínimos e, nessa fase de implementação, o credenciamento é permitido para famílias que recebem 1,5 salário*”. Ver: Programa de Alimentação Popular de Uberlândia já esta no ponto. *Jornal Correio do Triângulo*. 21/07/1995, p.3. Porém, até o presente momento (setembro de 2006), de acordo com as informações prestadas pelo site da Prefeitura de Uberlândia: “*para se inscrever no programa, o candidato deve ser maior de idade ou casado e apresentar, além de comprovante de residência, a comprovação de renda do chefe de família de até um salário mínimo e meio*”. Ver: <http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294>, consultado em 12/09/2006.

⁵⁹ A Bolsa Escola foi “[...] *criada pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 10.219, de 11 de abril de 2001*” “[...] *“O universo de atuação da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola foi delineado a partir da constatação de que o Brasil tem hoje cerca de dez milhões de famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo mensal per capita. Em conjunto,*

De acordo com o Jornal Correio, de 15 de novembro de 1995:

Encontra-se nas comissões, mesmo sendo inconstitucional, o projeto do Vereador Renato Bouças (PFL) que vai garantir uma renda mínima para famílias com filhos em situação de risco. A inconstitucionalidade ocorre porque projetos envolvendo recursos públicos não podem partir do Legislativo, e sim do Executivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera em situação de risco crianças até 14 anos que não estejam sendo atendidas em seus direitos pelas políticas sociais básicas, no que se refere à integridade física, moral ou social. Renato Bouças informou que cada família receberá ajuda por um ano. O tempo poderá ser prolongado nos termos da regulamentação da lei. [...] O vereador disse que não haverá fiscalização do uso do dinheiro. [...] O artigo 2 do projeto diz: 'Poderão ser atendidas famílias, com filhos ou dependentes, que comprovem renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, desde que não atinja 0,5 salário mínimo por membro'. Apenas poderão receber o benefício famílias que já estejam no município há no mínimo três anos. O valor a ser recebido por cada família será calculado a partir do rendimento bruto familiar. Caberá a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e de Planejamento a regulamentação da distribuição do benefício, fiscalizado e acompanhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A maior intenção do projeto é levar de volta às escolas crianças atuantes no mercado de trabalho. Por isso será exigido dos pais o atestado de matrícula escolar. [...] Em parágrafo único do artigo 5º fica explícito: 'O desligamento da criança ou do adolescente de sua escola acarretará a suspensão imediata do benefício'.⁶⁰

O modelo do projeto foi copiado das cidades de Brasília, Belo Horizonte, Campinas e Ribeirão Preto, como afirmava o vereador proponente. Com exceção de Campinas,⁶¹ nas demais cidades havia sido implantado pelo Partido dos Trabalhadores.

Não se observa nas fontes da imprensa até onde essa origem "petista" contribuiu para firmar as primeiras críticas à garantia de tal "renda mínima". Claras foram as referências à falta de verbas e

essas famílias abrigam cerca de onze milhões de crianças na faixa etária de seis a quinze anos". Ver: <<http://www.mec.gov.br/home/bolsaesc/default.shtm>>, consultado em 12/08/2002. "Com o aumento de recursos, a Bolsa Escola poderá atender, em 2001, a praticamente todas essas crianças. O programa pretende chegar a 10,7 milhões de crianças e adolescentes de seis a quinze anos e a 5,9 milhões de famílias". Segundo informações obtidas no site, em Uberlândia 6.789 famílias eram atendidas pelo programa Bolsa Escola (em 2002).

⁶⁰ Projeto de vereador gera polêmica. *Jornal Correio*: 15/11/1995, p. 10.

⁶¹ Administrada por José Roberto Magalhães Teixeira filiado no Partido da Social Democracia Brasileira em 1995, ano de implementação do programa naquele município.

à ineficácia da distribuição de recursos para os considerados carentes.

A Secretária Municipal do Trabalho e de Ação Social, Niza Luz, contesta o projeto, não pela sua irregularidade. Para ela, não há como viabilizá-lo porque seria uma obra social dependente dos cofres públicos. A Secretária informou já existir projetos semelhantes ao do vereador Bouças, tanto a nível estadual quanto federal. Porém foi implantado em Campinas e São José dos Campos. 'Não tenho conhecimento de sua implementação em outras cidades', diz. Niza Luz declarou que [...] 'nenhuma prefeitura está entrando neste projeto sem saber de onde virão os recursos. Poderá ser da União e do Estado. Sem um fundo municipal, nenhum benefício como este poderá ser criado. [...] O município pode chegar a implantar um projeto igual, desde que tenha recursos, pois estamos agindo de acordo com os direitos do cidadão. Pode ser um auxílio continuado ou temporário e não deve ser visto como caridade, por ser obrigação do Estado'. A lei federal de 8 de dezembro de 1993, voltada para a Assistência Social, expõe em seu 1º capítulo, artigo 1º, que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, e, a política de Seguridade Social deve garantir ao cidadão suas necessidades básicas. A Secretária acredita ser uma forma de regulamentar o uso do dinheiro destinado a obras sociais, 'mas o problema real, representado pelo desemprego e pelos baixos salários, não será resolvido. É uma forma de remediar a situação'. Mesmo sabendo da irregularidade constante no projeto, Bouças acredita na aprovação, por tratar de interesse da população carente.⁶²

A polêmica foi tema do Editorial do Correio, na edição do dia seguinte. Com o título "*Apoio aos Carentes*", o Jornal emitiu a seguinte opinião:

Extremamente oportuna a proposta do vereador Renato Bouças (PFL) de implementação do projeto de garantia de renda mínima na cidade. [...] Uberlândia é uma cidade que experimentou nos últimos anos um índice de crescimento populacional e econômico acima da média nacional, do que resultou, como reverso negativo da moeda da modernidade, um grande número de cidadãos que vivem mal, sobrevivendo com pequenos salários, residindo em condições subumanas, oferecendo à família condições nada dignas de vida. Não é preciso muito esforço para se comprovar esta realidade. As pessoas com poucos recursos materiais

⁶² *Jornal Correio*: 15/11/1995. op. cit., p. 10.

não estão necessariamente nas favelas fétidas que insistem em brotar na periferia. Estão muitas vezes em barracos de dois cômodos bem próximas dos centros comerciais, em colônias de pequenas casas que abrigam inúmeras famílias ao mesmo tempo. São trabalhadores desqualificados que, em função de seu despreparo, não conseguem uma colocação no mercado profissional que lhes faculte uma melhor remuneração, vendo-se, pois, na contingência de sobreviver com salários parcos que mal dão para pagar o aluguel e a cesta básica. Pensar em ter um município mais bem preparado para abrigar uma sociedade do conhecimento passa necessariamente pela melhoria das condições de vida da população. Se quisermos insistir na possibilidade de nos apresentar com uma sociedade moderna, organizada e que ofereça boa qualidade de vida a todos que aqui habitam, é mister o desenvolvimento de propostas como ora tramita na Câmara por iniciativa de Bouças. Em virtude disto é que ela deve ser discutida com o máximo de empenho pela Câmara e sua implantação estudada com carinho pela Prefeitura.⁶³

Tem-se aqui uma sinalização da mudança nas concepções do Jornal sobre a pobreza. De acordo com o editorial, o Correio concordava com o poder público no que se referia a opção em beneficiar os que trabalhavam, recebiam salários baixos e moravam em locais que não eram propriamente “favelas fétidas”.

Esta percepção, de um modo geral, combinou com as expectativas de “*crescimento popular e econômico acima da média nacional*” que a cidade havia “*experimentado nos últimos anos*”. Possivelmente, também, se interligou com o ânimo de melhorar “*as condições de vida da população*” para que Uberlândia pudesse melhor se “*apresentar com uma sociedade moderna, organizada e que oferece[sse] boa qualidade de vida a todos que [nela] habita[va]m*”.⁶⁴

De qualquer modo, estes âmbitos coincidiram, em um curto espaço de tempo, com a diminuição do termo “fome” dos artigos, editoriais, e reportagens do Jornal Correio. Mesmo sob a perspectiva de aumento de consumo, de um crédito acentuando no controle da inflação, entre outras sensações publicitárias trazidas pelo Plano Real,⁶⁵ a vida de milhares de pessoas que viviam em Uberlândia continuava absorvida em maneiras de conseguir alimentos, moradia, e em outras necessidades básicas de sobrevivência.

⁶³ Editorial. Opinião. Apoio aos Carentes. *Jornal Correio*. 16/11/1995, p. 6.

⁶⁴ *idem*.

⁶⁵ Entre outros, ver: Publicidade. *Jornal Correio*, 4/07/1996. *op. cit.*, p. 7.

O quadro de aplicação ou das políticas de benefícios aos carentes, neste aspecto, não se polarizou somente em questões de cunho econômico ou social. O repasse de certo quantitativo monetário às famílias que cumpririam as exigências iniciou em meio a uma ambiência mais "antiga" que voltou a emergir vigorosamente nos anos finais da década de 1990, a qual "determinava" regras de conduta e permanência dos pobres na cidade.

No ínterim entre a desmobilização das ações de combate à fome e a implantação de programas sociais tem-se, nas edições do jornal *Correio*, a volta das temáticas da mendicância, dos meninos de rua, das esmolas, das ações de filantropia de donas de casa, de grupos religiosos e de voluntários.

Esses processos estavam sob o julgo de diferentes produções que "explicavam" as causas dos acontecimentos a partir de uma ótica liberal, a qual cunhava a responsabilidade da fome aos famintos, do desemprego aos sem trabalho, da migração à vontade do próprio migrante.

As políticas públicas, principalmente as distribuidoras de dinheiro, entraram nas relações historicamente estabelecidas através de produções sobre a pobreza, determinando atitudes que deveriam ser contidas, ou que deveriam ser incentivadas. Muitas delas foram utilizadas como mecanismos de controle e de divisão dos movimentos sociais e políticos da periferia, em nome de ações contra a violência e por meio da diferenciação entre pobreza aceitável e migrantes, "invasores" de terrenos, dentre outros.

Estas perspectivas assinalam que as políticas públicas deveriam ser historicamente analisadas de forma empírica dentro de cidades ou regiões específicas nas quais as interpretações sobre a fome, o emprego, a economia e sobre ideologias e determinações políticas foram construídas e reconstruídas de maneiras distintas.

Para compreendê-las dentro de uma perspectiva crítica do presente faz-se necessário considerar o modo como cada uma das cidades ou regiões passaram a explicar a seus moradores e ao conjunto do país as suas pobreza e seus empobrecimentos.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens Paulistanas, Transformações do Espaço Público*. Campinas: UNICAMP/São Paulo: IMESP, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água. 2004.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A CRISE DO GOVERNO COLLOR E A TÁTICA DO PT. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas. Unicamp, 2005.

MORAIS, S. P. EMPOBRECIMENTO E "INCLUSÃO SOCIAL". VIDA URBANA E POBREZA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG (1980-2004). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo. PUC/SP. 2007.

PORTELLI, Alessandro. e nas fontes orais, em *TEMPO*, Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro; vol. I, número 2, 1996, pp. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como gênero. Projeto História* 22. São Paulo, Educ, 2001, pp. 9-36.

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. PLURALIDADE, PUBLICIZAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DO FAZER POLÍTICO: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (1992/1997). Programa de Pós-graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Presidente Pudente/ SP. Faculdade de Ciências e Tecnologia/ UNESP, 2002.

TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida*. in: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. (org). *Terceirização, Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. SP. Hucitec/CEDI-NETS, 1994. pp. 85-111

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum, Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Artigo recebido em 08/02/2007

Artigo aceito em 22/02/2008